



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria de Estado de Educação



MANUAL DE PROCESSOS E PROCEDIMENTOS SETORIAL PROGRAMÁTICO



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Marioneide Angélica Kliemaschewsk
Secretária de Estado de Educação

Alan Resende Porto
Secretário Adjunto Executivo

Rosa Maria Araújo Luzardo
Secretária Adjunta de Gestão Educacional

Daniela Sampaio Steinle
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Ane Cristina dos Santos Barros Neis
Secretária Adjunta de Administração Sistêmica

Coordenação Técnica

Núcleo de Gestão Estratégica para Resultados - NGER

Janê Sifuentes Machado
Telma Auxiliadora Taques



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Sumário

Introdução	6
1. Estrutura Organizacional.....	9
2. Base Legal da Educação	12
3. Fluxos de Processos	25
4.1 Fluxos de Processos da Secretaria de Adjunta de Gestão Educacional - SAGE	28
Superintendência de Política de Gestão Escolar - SUGE.....	28
Coordenadoria de Alimentação Escolar - CAE.....	28
Fluxo: Execução e Prestação de Contas da Merenda Escolar.....	28
Fluxo: Mapear as Necessidades da Estrutura Física, Mobiliários e Equipamentos das Cozinhas	28
Fluxo: Promover a Capacitação dos Profissionais da Alimentação Escolar.....	28
Coordenadoria de Normas Escolares - CNOE	28
Fluxo: Processo de Criação de Escolas	28
Fluxo: Mudança de Denominação de Unidade Escolar	28
Fluxo: Processo de Extinção de Unidade Escolar.....	28
Fluxo: Mapear Formação da Equipe Gestora.....	28
Fluxo: Elaborar as regras de TI para escrituração escolar para implementação no SIGEDUCA/GER/GED	28
Coordenadoria de Planejamento e Monitoramento da Gestão Escolar- CPMG.....	28
Fluxo: Processo de Eleição do Conselho Deliberativo, Diretor e Assessor Pedagógico	28

Fluxo: Execução do plano estratégico e de desenvolvimento das assessorias pedagógicas e unidades escolares	28
Fluxos: Descentralização de Recursos para Projetos e Atividades Pedagógicas nas Escolas e CEFAPROS	28
Fluxo: Mapear a demanda de formação da equipe gestora das unidades escolares e assessorias pedagógica	28
Coordenadoria do Microplanejamento Escolar - CME	29
Fluxo: Redimensionamento	29
Fluxo: Elaboração e Monitoramento do Termo de Cessão de Uso.....	29
Fluxo: Salas Anexas	29
Fluxo: Processo de Elaborar e Disponibilizar Banco de Dados para Redimensionamento.....	29
Superintendência de Políticas de Diversidades Educacionais -SUDE	29
Fluxo: Acompanhamento de Estudantes Beneficiários (as) de Políticas Públicas Educacionais	29
Coordenadoria de Educação Especial - COES	29
Fluxo: Acompanhar a Inclusão dos Alunos com Deficiências de Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação	29
Superintendência de Políticas de Educação Básica -SUEB	29
Fluxo: Processo de Elaboração e Execução do Exame Online	29
Superintendência de Políticas de Desenvolvimento Profissional–SPDP	29
Fluxo: Processo Seletivo dos CEFAPROS	29
Coordenadoria do Cefapro, Formação e Qualificação	29
Fluxo: Elaboração e Execução do PPDC	29
4.3 Fluxos de Processos da Secretaria Adjunta Executiva - SAEX	30
Superintendência Infraestrutura Escolar - SUIE	30
Fluxo: Macro Processo – Gestão de Obras – Construção Reforma e Ampliação de Escolas.....	30
Fluxo: Gerenciar os Convênios de Obras Concedidos	30
Fluxo: Aditivos Prazo e valor Convênio de Obra Concedido.....	30
Fluxo: Analisar e Encaminhar os Processos de Emendas Parlamentares de Obras	30
Fluxo: Acionar Garantia Contratual em Obras da Educação	30
Fluxo: Recebimento Definitivo de Obras	30

Fluxo: Planejar e elaborar projeto básico, legal e executivo de obras de engenharia	30
Fluxo: Acompanhar os serviços relativos ao fornecimento de energia elétrica das unidades educacionais	30
Fluxo: Analisar e aprovar a documentação técnica referente ao planejamento de obras realizado por terceiros	30
Fluxo: Monitorar a execução de obras conveniadas	30
Fluxo: Monitorar o cronograma de execução da obra	30
Fluxo: Formalizar Aditivo de Prazos	30
Fluxo: Formalizar Aditivo de Valor	30
Fluxo: Efetuar medição mensal	30
Fluxo: Formalizar Reajuste de Preço	30
Fluxo: Efetuar pagamento medição	30
Fluxo: Avaliar a situação da estrutura educacional	30
Fluxo: Realizar Diagnóstico das Unidades Desconcentradas	30
Fluxo: Analisar, aprovar e executar as solicitações de manutenção	30
Fluxo: Solicitação de Verba Emergencial	30
Referências	31

Introdução

A Secretaria de Estado de Educação - SEDUC tem a finalidade de propor e executar políticas públicas voltadas à Educação Básica, assegurando ao estudante o desenvolvimento de capacidades e a construção de conhecimentos para a formação de valores humanos na conquista da cidadania e a participação no desenvolvimento social, econômico, político e ambiental do Estado de Mato Grosso.

Desempenha um papel relevante no cumprimento das políticas estaduais de Educação, com a seguinte Identidade Organizacional:

MISSÃO

Garantir acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes, por meio de políticas públicas da Educação Básica de qualidade, com equidade, visando a inserção crítica e proativa do cidadão na sociedade.

VISÃO

Ser Instituição de referência nacional em aprendizagem proficiente até 2026.

NEGÓCIO

Aprendizagem e formação de cidadãos proativos para a construção de uma sociedade mais justa.

VALORES

- Democracia** - garantir a participação da sociedade na construção e gestão de políticas educacionais;
- Resultado** - realizar políticas públicas que promovam transformação social;
- Respeito à Diversidade** - garantir o atendimento às diversidades nas suas especificidades;
- Equidade** - assegurar às pessoas igualdade de oportunidades;
- Ética** - ser leal à missão institucional atuando com honestidade, moralidade e probidade;
- Inovação** - agir com criatividade e competência.

A Estrutura Organizacional da Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso se apresenta em níveis organizacionais com características distintas que vislumbra um macro-

direcionamento ao seu trabalho. Em especial, os níveis operacionais da Secretaria mostram-se com a seguinte sistemática, ambas pensadas à luz do nível organizacional de estratégia e de execução: Nível de Administração Sistêmica (Meio) e Nível de Execução Programática (Fim).

A Lei Complementar 206 de 28 de dezembro de 2006, parcialmente alterada pela Lei Complementar n. 506 de 11 de Setembro de 2013, em seu artigo 3º, parágrafo segundo, agrupa a Administração Sistêmica da seguinte forma:

§ 2º Compreendem a Administração Sistêmica as atividades de pessoal, patrimônio, aquisições, orçamento, informática, desenvolvimento organizacional, administração financeira e contábil, convênios e instrumentos congêneres, almoxarifado, transporte, controle interno, além de outras atividades de apoio e serviços comuns a todos os órgãos e entidades da Administração que, a critério do Poder Executivo, necessitem de gestão centralizada. (MATO GROSSO, LC n. 506 de 2013, art. 3º, § 2º).

Nessa perspectiva, a Administração Sistêmica é responsável pela execução dos processos sistêmicos e dos processos de apoio. Já o Nível de Execução Programática representa os processos - fim da própria Secretaria, ou seja, os produtos que deverão ser entregues à sociedade de acordo com a Missão e competência definidas no Regimento Interno da SEDUC, claro que pautadas nos instrumentos de Planejamento do Governo.

Paro (2011), teórico da educação que se dedica, dentre outros temas, a estudar sobre administração escolar, faz a distinção da administração enquanto atividades-meio e atividades-fim, mas que estas devem estar em constante interação, a fim de que não seja dada demasiada atenção à dimensão administrativa, burocratizando o processo. Segundo Paro (2011, p. 20) as atividades-meio precedem e dão sustentação às atividades-fim. E as atividades-fim se dão na relação direta entre o educador e o educando, no caso do Órgão central a atividade sistêmica dá sustentação à atividade programática.

Os Fluxos de Processos respeitam a mesma lógica:

1. A construção dos fluxos da área Sistêmica, obrigatoriamente, devem atender aos requisitos estabelecidos pelo órgão central a que pertence o processo, e, simultaneamente, atender a nossas especificidades.

2. A Construção dos fluxos da área Programática devem atender os processos - fim da SEDUC, pautada na entrega para a sociedade, ou seja, processos que garantam um ensino aprendizagem de qualidade.

O Manual de Processos e Procedimentos Setorial Sistêmico e Programático, regulamentado pela Portaria n. 434, publicada no Diário Oficial de 16 de outubro de 2017, se organiza com a seguinte informação:

1. Fluxos de Processos das Unidades Administrativas¹ que compõem as áreas Sistêmica e Programática dessa Secretaria;

A metodologia dos fluxos de processo, consistem em ouvir a unidade administrativa demandante, visitar a legislação pertinente ao assunto, construir o fluxo, validá-lo e publicá-lo nesse manual, e, quando detectada a necessidade, revisar o fluxo e republicá-lo.

¹ As unidades administrativas serão acrescidas conforme a publicação dos fluxos validados.

1. Estrutura Organizacional

A Secretaria de Estado de Educação se organiza de acordo o Decreto n. 161, publicado no Diário Oficial de 03 de julho de 2019.

A organização da Secretaria pode ser representada didaticamente em Estrutura Organizacional Sistêmica e Estrutura Organizacional Programática, assim sendo, logo abaixo verifica-se seus principais processos.

Estrutura Organizacional Sistêmica:

1. Secretaria de Estado de Educação - GS

- a. Definir, avaliar e monitorar as Políticas Públicas Educacionais;
- b. Comunicar e divulgar as Políticas Públicas Educacionais;
- c. Gerenciar os Projetos da Educação;
- d. Fazer a gestão da conformidade na educação;
- e. Desenvolvimento Organizacional;
- f. Gerir o Planejamento Orçamentário da Educação; Gestão de Emendas Parlamentares;
- g. Relacionamento com instituições políticas, legislativo e escolas;

2. Secretaria Adjunta Executiva - SAEX

- a. Ouvidoria;
- b. Correição;
- c. Controle Interno;
- d. Ética;
- e. Tecnologia da Informação;
- f. Construção, reformas e manutenção da rede física;
- g. Fomento de parcerias com Municípios e organizações privadas para a construção e reformas de escolas.

3. Secretaria Adjunta de Gestão de Pessoas - SAGP

- a. Concursos e nomeações de Profissionais da Educação;
- b. Contrato e distrato de temporários;
- c. Monitoramento de frequência, licenças e afastamentos dos servidores;

- d. Formação e desenvolvimento dos profissionais do órgão central;
- e. Pagamento dos servidores da educação;
- f. Monitoramento e avaliação das despesas com pessoal da educação.

4. Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica - SAAS

- a. Execução Orçamentária;
- b. Execução de Convênios;
- c. Execução Financeira - Pagamentos;
- d. Análise e avaliação das prestações de contas;
- e. Relação Institucional com fornecedor;
- f. Contabilidade;
- g. Licitações e contratos de bens e serviços;
- h. Aquisição e entrega de equipamentos e mobiliários;
- i. Controle de Patrimônio Mobiliário e Imobiliário;
- j. Transporte;
- k. Gestão do Transporte Escolar;
- l. Protocolo;
- m. Arquivo Setorial;
- n. Gestão de Serviços Gerais.

Estrutura Organizacional Programática

1. Secretária Adjunta de Gestão Educacional - SAGE

- a. Política didático-pedagógica;
- b. Organização didático-pedagógica da rede estadual;
- c. Organização dos currículos;
- d. Materiais didáticos;
- e. Metodologias de ensino;
- f. Política de Formação Profissional;
- g. Formação e desenvolvimento dos profissionais da educação;
- h. Modelo de Gestão Escolar – instrumentalização das escolas;
- i. Metodologia de Planejamento das Unidades Escolares;
- j. Monitoramento do atendimento na rede estadual;
- k. Dimensionamento da rede estadual;

- l. Monitoramento das Unidades Escolares;
- m. Gestão da avaliação da aprendizagem
- n. Coordenar o PNAE nas Escolas Estaduais;
- o. Assessoria pedagógica às Escolas.

2. Base Legal da Educação

Normativas Vigentes²

LEIS FEDERAIS

LEI FEDERAL Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

LEI FEDERAL N. 12796, DE 04 DE ABRIL DE 2013

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

LEI FEDERAL Nº 11947, DE 16 DE JUNHO DE 2009

Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

LEI FEDERAL Nº 11.494, DE 20 DE JUNHO DE 2007.

Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.

LEI FEDERAL Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

LEI FEDERAL Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LEI FEDERAL Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

² As normativas Federais e Estaduais, além das normativas descritas nesse manual, podem ser verificadas no Manual Técnico Corporativo.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

NORMATIVAS ESTADUAIS

LEI COMPLEMENTAR Nº 49, DE 1º DE OUTUBRO DE 1998

Dispõe sobre a instituição do sistema de ensino de Mato Grosso e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR 512/2013

Altera e dá nova redação ao caput e § 4º do Art. 43, da Lei Complementar nº 50, de 1º de outubro de 1998.

LEI COMPLEMENTAR 493/2013

Modifica dispositivo da Lei Complementar nº 49, de 1º de outubro de 1998.

LEI COMPLEMENTAR 442/2011

Altera o Anexo X, da Lei Complementar nº 50, de 1º de outubro de 1998, incluído pela Lei Complementar nº 206, de 29 de dezembro de 2004 e modificado pela Lei Complementar nº 278, de 06 de setembro de 2007, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR 294/2007

Altera o Art. 6º da Lei Complementar nº 50, de 1º de outubro de 1998 e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR 278/2007

Altera o Anexo X da Lei Complementar nº 50, de 1º de outubro de 1998, incluído pela Lei Complementar nº 206, de 29.12.2004 e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR 211/2005

Dispõe sobre alterações de dispositivos da Lei Complementar nº 206, de 29 de dezembro de 2004.

LEI COMPLEMENTAR 209/2005

Dá nova redação à Seção V do Título IV da Lei Complementar nº 49, de 1º de outubro de 1998.

LEI COMPLEMENTAR 206/2004

Dispõe sobre alterações na Lei Complementar nº 50, de 1º de outubro de 1998.

LEI COMPLEMENTAR 159/2004

Fixa o subsídio dos Profissionais da Educação Básica do Poder Executivo Estadual, altera a Lei Complementar nº 63, de 26 de agosto de 1999, a Lei Complementar nº 97, de 14 de dezembro de 2001, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR N. 104/2002

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 50, de 1º de outubro de 1998, a qual dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso.

LEI COMPLEMENTAR N. 77/2000

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 49, de 1º de outubro de 1998, que dispõe sobre a instituição do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso.

LEI COMPLEMENTAR N. 50/1998

Dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso.

LEI COMPLEMENTAR N. 49/1998

Dispõe sobre a instituição do sistema de ensino de Mato Grosso e dá outras providências.

LEI 10628/2017

Dispõe sobre a instituição do Programa Adote uma Escola no Estado de Mato Grosso.

LEI 10622/2017

Institui o Projeto Escola Plena, vinculado ao Programa Pró-Escolas, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer - SEDUC, e dá outras providências.

LEI 10611/2017

Dispõe sobre o fornecimento de merenda escolar especial para alunos com restrição alimentar no Estado de Mato Grosso.

LEI 10509/2017

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as escolas públicas e particulares do Estado de Mato Grosso, que ofertam a Educação Básica, informar aos pais e/ou responsáveis sobre a ausência de discente em sala de aula imediatamente após constatação.

LEI 10308/2015

Institui a obrigatoriedade de inclusão do conteúdo programático de História, Geografia e Cultura Afro-Brasileira nos currículos educacionais escolares de Ensino Fundamental, do 5º ao 9º anos, e do Ensino Médio no Estado de Mato Grosso.

LEI 10232/2014

Torna defeso, para fins não pedagógicos, o uso de aparelhos eletrônicos em sala de aula do ensino fundamental e médio do Estado de Mato Grosso.

LEI 10117/2014

Dispõe sobre o direito de matrícula em estabelecimentos de ensino próximos à sua residência, para os portadores de necessidades especiais, e dá outras providências.

LEI 10002/2013

Cria o Programa “Empresa Amiga da Educação” no âmbito do Estado de Mato Grosso.

LEI 9962/2013

Institui no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Estado de Mato Grosso, a Semana Estadual de Mobilização para Busca e Defesa da Criança Desaparecida.

LEI 9960/2013

Institui o “Dia Estadual da Educação Ambiental”.

LEI 9930/2013

Institui nas escolas públicas e privadas do Estado de Mato Grosso a Campanha de Esclarecimento e Combate à Pedofilia.

LEI 9915/2013

Dispõe sobre a comunicação de faltas dos alunos das redes de ensino pública e particular do Estado de Mato Grosso, na forma que especifica, e dá outras providências

LEI 9905/2013

Dispõe sobre a obrigatoriedade da inscrição do grupo sanguíneo e do fator RH nas fichas escolares dos alunos da rede de ensino público e particular do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

LEI 9724/2012

Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao bullying escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas e privadas em todo o território mato-grossense, e dá outras providências.

LEI 9576/2011

Cria o selo “Escola Amiga do Meio Ambiente”.

LEI 9241/2009

Dispõe sobre os critérios para a escolha em eleição direta dos Assessores Pedagógicos e dá outras providências.

LEI 9056/2008

Determina às instituições de ensino igualdade no envio de informações escolares a pais ou responsáveis, conviventes ou não.

LEI 8768/2007

Modifica e adita dispositivos da Lei nº 8.702, de 21 de agosto de 2007, que dispõe sobre a Identificação Civil dos Estudantes matriculados na rede pública estadual de ensino e dá outras providências.

LEI 8681/2007

Disciplina a alimentação oferecida nas unidades escolares, públicas e privadas, que atendam a educação infantil e básica do Estado de Mato Grosso.

LEI 8702/2007

Dispõe sobre a identificação civil dos estudantes matriculados na rede pública estadual de ensino e dá outras providências.

LEI 8768/2007

Modifica e adita dispositivos da Lei nº 8.702, de 21 de agosto de 2007, que dispõe sobre a Identificação Civil dos Estudantes matriculados na rede pública estadual de ensino e dá outras providências.

Lei 7599/2001

Proíbe a prática do fumo em escolas públicas e particulares de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e técnico e estabelecimentos congêneres.

Lei 7040/1998

Regulamenta os dispositivos do Artigo 14 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), bem como o inciso VI do Artigo 206 da Constituição Federal, que estabelecem Gestão Democrática do Ensino Público Estadual, adotando o sistema seletivo para escolha dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino e a criação dos Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar nas Unidades de Ensino.

Decreto 1226/2012

Dispõe sobre a organização administrativa das Assessorias Pedagógicas, unidade de administração regional desconcentrada.

Decreto 840/2011

Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 1.395, de 16 de junho de 2008, que “Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 8.405, de 27 de dezembro de 2005, que trata da estrutura administrativa e pedagógica dos Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso”.

Decreto 187/2011

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 9.241, de 18 de novembro de 2009 e suas alterações e dá outras providências.

Decreto Lei 1044/1969

Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica.

PORTARIA Nº 070/2018/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre a Designação de Fiscais de Convênios de Obras no âmbito da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer de Mato Grosso.

PORTARIA Nº 069/2018/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre a Designação de Fiscais de Contratos de Obras no âmbito da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer de Mato Grosso.

PORTARIA Nº 045/2018/GS/SEDUC/MT.

Institui Comissão de Avaliação de Prestação de Contas de Serviços do Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE Climatização.

PORTARIA Nº 043/2018/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre o repasse de combustíveis para as Unidades Escolares Indígenas da Rede Estadual.

PORTARIA Nº 036/2018/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre prorrogação do mandato dos Conselhos Deliberativos das Assessorias Pedagógicas.

PORTARIA Nº 031/2018/GS/SEDUC/MT.

Estabelece alteração no horário de expediente nos setores da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer no período abrangido pelo Decreto Estadual nº 694, de 15 de setembro de 2016.

PORTARIA Nº 549/2017/GS/SEDUC/MT.

Retifica em parte a Portaria 369/2017/GS/SEDUC/MT, publicada no D.O.E. de 27.10.17.

PORTARIA Nº 546/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre a definição de critérios e calendário para realização das Conferências da Gestão Democrática e o processo de escolha dos Assessores Pedagógicos para o ano de 2018 e dá outras providências.

PORTARIA Nº 542/2017/GS/SEDUC/MT.

Institui a Comissão intersetorial de estudo para análise e proposição de alteração da Lei nº 7.040/1998.

PORTARIA Nº 523/2017/GS/SEDUC/MT.

Institui Comissão para organizar e deliberar sobre o processo seletivo 2017 para seleção de professores formadores para a área específica Educação Indígena, dos Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica - CEFAPROS e designa os membros que a compõem.

PORTARIA Nº 521/2017/GS/SEDUC/MT.

Constitui Comissão Estadual de Governança para Implementação da Base Nacional Comum Curricular, a Comissão de Mobilização para a Implementação da Base Nacional Comum Curricular no Estado de Mato Grosso - BNCC/MT, para a Elaboração da Proposta Curricular de Mato Grosso em Regime de Colaboração com os Municípios, e o Comitê Executivo para a validação do documento

final da Base Nacional Comum Curricular do Estado de Mato Grosso - BNCC/MT e dá providências correlatas.

PORTARIA Nº 514/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre atribuição à Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA, para organizar a 5ª Conferência Infantojuvenil de Meio Ambiente.

PORTARIA Nº 498/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre a constituição da Comissão Estadual/SEDUC para acompanhar o processo de inscrição, recursos e atribuição classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho dos Profissionais da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino, PAS/2018.

PORTARIA Nº 492/2017/GS/SEDUC/MT.

Institui composição de Comissão para estudos de viabilidade de nova modalidade licitatória das Escolas Públicas Estaduais de Mato Grosso.

PORTARIA Nº 471/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre o gozo de licença-prêmio por assiduidade que se encontram acumuladas pelos servidores, inclusive os nomeados em comissão ou função gratificada, que integram o quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer - SEDUC, para o ano de 2018.

PORTARIA Nº 459/2017/GS/SEDUC/MT.

Designa membros representantes para a composição do Fórum Estadual de Apoio à Formação Docente para o biênio 2017/2019, a partir da data de publicação, em conformidade com o seu Regimento Interno.

PORTARIA Nº 458/2017/GS/SEDUC/MT.

Designa membros representantes para a composição do Fórum Estadual de Educação para o biênio 2017/2019, a partir da data de publicação, em conformidade com o seu Regimento Interno.

PORTARIA Nº 450/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre o gozo de férias para servidor que integra o quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer - SEDUC, exercício 2017/2018.

PORTARIA Nº 443/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre o processo de atribuição e composição do quadro de lotação dos Profissionais da Educação Básica que atuarão na Escola e Salas Anexas que funcionam nas Unidades de Internações do Sistema Socioeducativo do Estado de Mato Grosso - PROJETO EDUCAR.

PORTARIA Nº 437/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre a designação de Técnicos da SEDUC que irão compor a Equipe de Tramitação de Matrizes para estruturar o ano letivo de 2018.

PORTARIA Nº 435/2017/GS/SEDUC/MT.

Retifica em parte a Portaria nº 364/2017/GS/SEDUC/MT, publicada no D.O.E. de 06 de outubro de 2007, p. 35.

PORTARIA Nº 434/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre a regulamentação do Manual de Processos e Procedimentos Setorial Sistêmico e Programático, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer - SEDUC.

PORTARIA Nº 393/2017/GS/SEDUC/MT.

Institui a Comissão Permanente de Gestão da Informação, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer e dá outras providências.

PORTARIA Nº 379/2017/SEDUC/MT.

Dispõe sobre a constituição da comissão externa de análise da proposta do Calendário Escolar das Escolas Estaduais para o ano letivo de 2018.

PORTARIA Nº 377/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre a instituição das Comissões da II Conferência de Avaliação do Plano Estadual de Educação-CONAPEE 2017, conforme Lei nº 10.111, de 06 de junho de 2014 e dá outras providências.

PORTARIA Nº 375/2017/GS/SEDUC/MT.

Define a média mínima para o processo de avaliação e o número de progressão parcial a ser adotada pelas unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino a partir de 2017.

PORTARIA Nº 373/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre os critérios e procedimentos a serem adotados na atribuição de Profissional (Professor ou Técnico Administrativo Escolar) para atuar no Programa Interdisciplinar de Arte na Escola-PRINART em Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino, e demais providências.

PORTARIA Nº 371/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre os procedimentos que regem a IMPLEMENTAÇÃO DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL para a Educação Básica no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 370/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre os procedimentos que regem a Educação em Tempo Integral das escolas de Ensino Fundamental Regular.

PORTARIA Nº 369/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre critérios e procedimentos para a organização e funcionamento dos Serviços da Educação Especial, nas Escolas e Centros Especializados e nas Escolas Comuns.

PORTARIA Nº 367/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre o processo de atribuição de classes/aulas e jornada de trabalho dos profissionais da educação da Rede Estadual de Ensino, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 366/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre critérios a serem adotados para o processo de atribuição de classe e/ou aulas e o regime /jornada de trabalho nas Unidades Estaduais de Educação Infantil - UEI, para o período letivo 2018.

PORTARIA Nº 365/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre os instrumentos obrigatórios de registros acadêmicos, versões eletrônicas ou não, e atribuições do Professor, Secretaria Escolar, Coordenador Pedagógico, Diretor Escolar e Assessor Pedagógico das escolas da Rede Estadual de Ensino nesse processo, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 363/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre os critérios para Composição de Turmas das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino.

PORTARIA Nº 362/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre o calendário escolar das unidades escolares pertencentes à Rede Estadual de Ensino, para o ano letivo de 2018, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 359/2017/GS/SEDUC/MT.

Institui o Comitê Gestor Estadual do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC

PORTARIA Nº 355/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre o controle de assiduidade e pontualidade do registro de frequência através do Sistema Biométrico - Web Ponto, dos servidores lotados na sede da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer de Mato Grosso e no Conselho Estadual de Educação.

PORTARIA Nº 342/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre o repasse de combustíveis para as Unidades Escolares Indígenas da Rede Estadual.

PORTARIA Nº 341/2017/GS/SEDUC/MT.

Institui no âmbito da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer de Mato Grosso, o Grupo de Trabalho Interno do Gerenciamento Matricial de Despesas - GMD.

PORTARIA Nº 331/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre a concessão de licenças saúde no âmbito da Secretária de Estado de Educação, Esporte e Lazer de Mato Grosso.

PORTARIA Nº 325/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre a designação dos Agentes de Integridade da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer de Mato Grosso.

PORTARIA Nº 264/2017/GS/SEDUC/MT.

Retifica em parte, a Portaria nº 229/2017/GS/SEDUC/MT, que “Dispõe sobre seletivo interno de professores para elaboração, homologação e revisão de questões do Exame Online e elaboração de material pedagógico do Projeto Certifica e Simulado por área de conhecimento, para subsidiar candidatos de ambos os Exames de certificação”.

PORTARIA Nº 263/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre a implantação da Comissão de Mediação de Conflitos - CMC, entre particulares como meio de solução de controvérsias no âmbito da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer do Estado de Mato Grosso.

PORTARIA Nº 232/2017/GS/SEDUC/MT.

Institui Comissão para organizar e deliberar sobre o processo seletivo 2017, para a seleção de Diretor e Coordenador dos Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica - CEFAPROS e designa os membros que a compõem.

PORTARIA Nº 225/2017/GS/SEDUC/MT.

Instituir no âmbito da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer - SEDUC, o “Clube Empresas Amigas da Educação”, destinada a estabelecer política de parcerias com empresas privadas de vários ramos, com a finalidade de oferecer descontos aos servidores públicos desta Secretaria na aquisição de produtos e serviços em estabelecimentos comerciais.

PORTARIA Nº 208/2017/GS/SEDUC/MT.

Instituir no âmbito da SEDUC/MT, a Comissão para Coordenação das Comissões Organizadoras Regionais da II CONEEI - Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena/ Regional Xingu, Regional Awe Uptabi (Noroeste do Mato Grosso), Médio Norte Haliti, Baixada Cuiabana, Bakairi e Xavante.

PORTARIA Nº 199/2017/GS/SEDUC/MT.

Regulamenta os procedimentos para emissão de documento escolar de escola extinta sob a guarda do Arquivo de Documentação Escolar em Cuiabá e Assessorias Pedagógicas dos demais municípios.

PORTARIA CONJUNTA SEDUC/SEC Nº 191/2017.

Cria Grupo de Trabalho para implantação do Projeto “Música nas Escolas”

PORTARIA Nº 188/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre a designação de Fiscais de Contratos de Obras no âmbito da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer.

PORTARIA Nº 187/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre a designação de Fiscais de Contratos de Obras no âmbito da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer.

PORTARIA Nº 100/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre as horas atividades dos professores em efetivo exercício nas unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino de Mato Grosso.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2018/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre Licença para Qualificação Profissional para o Curso de Mestrado e Doutorado e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/2018/GS/SEDUC/MT.

Altera parcialmente a Instrução Normativa nº 016/2017/GS/SEDUC/MT, publicada no Diário Oficial de 13 de novembro de 2013, p. 223, inserindo o § 1º na alínea “a” do inciso III, do capítulo II, e parte do texto dos artigos 12 e 14 do Capítulo VI.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 019/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe de forma complementar ao processo seletivo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho para o ano letivo de 2018, especialmente para os candidatos inscritos para a EE Livre Aprender, em Cuiabá, e demais providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 018/2017/GS/SEDUC/MT.

Altera parcialmente o Cronograma De Inscrições/Validações - publicada na IN nº 014/2017//GS/SEDUC/MT, D.O. de 26/10/17.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº017/2017/GS/SEDUC/MT.

Altera a redação do inciso X do artigo 3º, parágrafo único, da Instrução Normativa nº 004/2017/GS/SEDUC/MT que dispõe sobre critérios, formas de transferência e de prestação de contas dos recursos financeiros destinados às unidades escolares da rede estadual de ensino de Mato Grosso e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA 016/2017/GS/SEDUC/MT.

Estabelece normas para execução técnica, administrativa e para a transferência de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE às Escolas Estaduais/Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar - CDCE's.

INSTRUÇÃO NORMATIVA 015/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre os critérios da matrícula de alunos transferidos para as Escolas Estaduais em Tempo Integral e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 014/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre o processo de atribuição de classes e/ou aulas do Professor e do regime/jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, pertencentes ao quadro efetivo nas Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino para o ano letivo de 2018 e demais providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 012/2017/GS/SEDUC/MT.

Estabelece normas de operacionalização, critérios e forma de transferência de recursos aos municípios para realização do Transporte Escolar dos estudantes da rede estadual de ensino residentes na zona rural do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 011/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre alteração de dispositivo da Instrução Normativa nº 004/2017/GS/SEDUC/MT, que “Dispõe sobre critérios, formas de transferência e de prestação de contas dos recursos financeiros destinados às unidades escolares da rede estadual de ensino de Mato Grosso e dá outras providências”.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 010/2017/GS/SEDUC/MT.

Altera a Instrução Normativa nº 001/2017/GS/SEDUC/MT, que dispõe sobre critérios para celebração de parcerias com Organizações da Sociedade Civil que atendem alunos com deficiência e/ou transtorno global do desenvolvimento.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 009/2017/GS/SEDUC/MT.

Altera parcialmente a alínea “a” do artigo 8º da Instrução Normativa nº 007/2016/GS/SEDUC/MT.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 008/2017/GS/SEDUC/MT.

Altera a Instrução Normativa nº 005/2015/GS/SEDUC/MT, que “Dispõe sobre critérios para composição de quadro de pessoal, formas de transferência e de prestação de contas dos recursos financeiros destinados, especificamente, para manutenção e funcionamento das Assessorias Pedagógicas, através do Conselho Deliberativo das Assessorias Pedagógicas/CDAP - e dá outras providências”.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 007/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre critérios à expedição da carteira de identidade funcional dos profissionais da rede pública estadual e obtenção dos benefícios da Lei Nº 8.605/2006 e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 005/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre critérios, formas de transferência e de prestação de contas dos recursos financeiros do Projeto Pedagógico de Desenvolvimento dos Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica/CEFAPRO/PPDC e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre critérios, formas de transferência e de prestação de contas dos recursos financeiros destinados às unidades escolares da rede estadual de ensino de Mato Grosso e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2017/GS/SEDUC/MT.

Dispõe sobre a alteração do prazo, em caráter excepcional, para a Prestação de Contas dos Recursos recebidos pelos Municípios destinados ao Transporte Escolar, disposto no art. 6º, § 3º da IN nº 001/2016/GS/SEDUC/MT, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2017/GS/SEDUC/MT

Dispõe sobre critérios para a celebração de parcerias de transferência de recursos financeiros para Organizações da Sociedade Civil - OSCs sem fins lucrativos, de caráter educacional, que atendem alunos com deficiência e/ou transtorno global do desenvolvimento e dá outras providências.

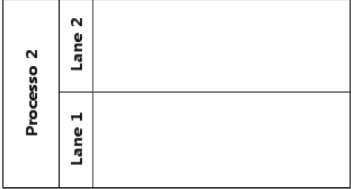



3. Fluxos de Processos




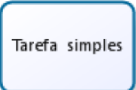

Segundo o Manual Técnico de Procedimentos do Desenvolvimento Organizacional (2009), “O fluxograma serve para registrar as sequências das atividades e decisões, de tal maneira que possam ser facilmente compreendidas e comunicadas a todos.” (p. 55).

Os Fluxos de Processos são elaborados pela Unidade Administrativa responsável, sob a coordenação técnica do Núcleo de Gestão Estratégica para Resultados - NGER, todos validados pelo Secretário Adjunto da pasta a que o fluxo se vincula.

Os fluxos de processos são desenhados no BIZZAGI e exportados para esse manual. De acordo com o Guia de Modelagem de Processos (2016), o fluxo de processos se apresenta com um conjunto de notações que dispostas sequencialmente dão corpo ao caminho em que o processo deverá percorrer do seu início até o fim.

Apresentaremos apenas as principais notações do BIZZAGI

Figuras	Nome	Função
	<p>Piscina Raia</p>	<p>Piscina é a representação do Processo Raia é a representação das Unidades Administrativas responsáveis por uma ou mais atividades</p>
	<p>Evento de Início</p>	<p>Representa o Início do processo</p>
	<p>Evento de Término</p>	<p>Representa o Término do processo</p>
	<p>Conectores</p>	<p>Representa a maneira de ligar os elementos do fluxo de processo</p>

	Gateway Exclusivo	Usados para definir o rumo do fluxo.
	Gateway Paralelo	Usado para definir quando duas ou mais ações são realizadas simultaneamente
	Inclusive Gateway	Um gateway inclusivo quebra o fluxo do processo em um ou mais fluxos.
	Tarefa	Descreve a Tarefa a ser executada
	Subprocesso	Quando contém outro processo dentro do processo desenhado.

Essa seção se dedica a apresentar os Fluxos de Processos das Unidades Administrativas que compõem a Administração Programática da SEDUC, devidamente organizados de acordo com a unidade administrativa responsável pelo processo.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria de Estado de Educação

4.1 Fluxos de Processos da Secretaria de Adjunta de Gestão Educacional - SAGE

Superintendência de Política de Gestão Escolar - SUGE

Coordenadoria de Alimentação Escolar - CAE

Fluxo: Execução e Prestação de Contas da Merenda Escolar

Fluxo: Mapear as Necessidades da Estrutura Física, Mobiliários e Equipamentos das Cozinhas

Fluxo: Promover a Capacitação dos Profissionais da Alimentação Escolar

Coordenadoria de Normas Escolares - CNOE

Fluxo: Processo de Criação de Escolas

Fluxo: Mudança de Denominação de Unidade Escolar

Fluxo: Processo de Extinção de Unidade Escolar

Fluxo: Mapear Formação da Equipe Gestora

Fluxo: Elaborar as regras de TI para escrituração escolar para implementação no SIGEDUCA/GER/GED

Coordenadoria de Planejamento e Monitoramento da Gestão Escolar- CPMG

Fluxo: Processo de Eleição do Conselho Deliberativo, Diretor e Assessor Pedagógico

Fluxo: Execução do plano estratégico e de desenvolvimento das assessorias pedagógicas e unidades escolares

Fluxos: Descentralização de Recursos para Projetos e Atividades Pedagógicas nas Escolas e CEFAPROS

Fluxo: Mapear a demanda de formação da equipe gestora das unidades escolares e assessorias pedagógica

Coordenadoria do Microplanejamento Escolar - CME

Fluxo: Redimensionamento

Fluxo: Elaboração e Monitoramento do Termo de Cessão de Uso

Fluxo: Salas Anexas

Fluxo: Processo de Elaborar e Disponibilizar Banco de Dados para Redimensionamento

Superintendência de Políticas de Diversidades Educacionais - SUDE

Fluxo: Acompanhamento de Estudantes Beneficiários (as) de Políticas Públicas Educacionais

Coordenadoria de Educação Especial - COES

Fluxo: Acompanhar a Inclusão dos Alunos com Deficiências de Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação

Superintendência de Políticas de Educação Básica -SUEB

Fluxo: Processo de Elaboração e Execução do Exame Online

Superintendência de Políticas de Desenvolvimento Profissional–SPDP

Fluxo: Processo Seletivo dos CEFAPROS

Coordenadoria do Cefapro, Formação e Qualificação

Fluxo: Elaboração e Execução do PPDC

4.3 Fluxos de Processos da Secretaria Adjunta Executiva - SAEX

Superintendência Infraestrutura Escolar - SUIE

Fluxo: Macro Processo – Gestão de Obras – Construção Reforma e Ampliação de Escolas

Fluxo: Gerenciar os Convênios de Obras Concedidos

Fluxo: Aditivos Prazo e valor Convênio de Obra Concedido

Fluxo: Analisar e Encaminhar os Processos de Emendas Parlamentares de Obras

Fluxo: Acionar Garantia Contratual em Obras da Educação

Fluxo: Recebimento Definitivo de Obras

Fluxo: Planejar e elaborar projeto básico, legal e executivo de obras de engenharia

Fluxo: Acompanhar os serviços relativos ao fornecimento de energia elétrica das unidades educacionais

Fluxo: Analisar e aprovar a documentação técnica referente ao planejamento de obras realizado por terceiros

Fluxo: Monitorar a execução de obras conveniadas

Fluxo: Monitorar o cronograma de execução da obra

Fluxo: Formalizar Aditivo de Prazos

Fluxo: Formalizar Aditivo de Valor

Fluxo: Efetuar medição mensal

Fluxo: Formalizar Reajuste de Preço

Fluxo: Efetuar pagamento medição

Fluxo: Avaliar a situação da estrutura educacional

Fluxo: Realizar Diagnóstico das Unidades Desconcentradas

Fluxo: Analisar, aprovar e executar as solicitações de manutenção

Fluxo: Solicitação de Verba Emergencial

Referências

MATO GROSSO. **Manual Técnico de Normas e Procedimentos**. Volume V. Desenvolvimento Organizacional, 2009.

_____. **Lei Complementar n. 264**. Dispõe sobre a organização e funcionamento da administração sistêmica no âmbito do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Publicado em Diário Oficial de 28 de Dezembro de 2006.

_____. **Lei Complementar n. 506**. Dispõe sobre alterações à Lei Complementar nº 264, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Publicado em Diário Oficial de 11 de Setembro de 2013.

_____. **Decreto n. 161**. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer - SEDUC, a redistribuição de cargos em comissão e funções de confiança, publicado no Diário Oficial de 03 de julho de 2019.

_____. **Guia de Modelagem de Processos Utilizando o Bizagi Modeler – Abril de 2016**. Versão 00/2016

_____. **Guia para elaboração de Regimento Interno – Junho de 2017**. Versão 001/2017a.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da escola**. São Paulo, Cortez, 2011.